

*Elevar um rei com vaticínios: textos e pretextos
no caso do Rei D. Sebastião de Veneza
(1598-1603)*

To rise a king with prophecies: texts and pretexts in the case of King
Sebastian of Venice (1598-1603)

João Carlos Gonçalves Serafim

CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal

Resumo: Em 1598 – precisamente vinte anos depois do desaparecimento de D. Sebastião –, viveu-se um ano de fortíssima expectativa sebástica alimentada por milagres, prodígios e, particularmente, pelo aparecimento, em Veneza, de um homem – calabrês, de nome Marco Túlio Catizone – que se dizia ser o rei desaparecido em África. Este artigo trata das razões que alimentavam, neste contexto, o incorformismo e a esperança dos portugueses mais nacionalistas e analisa os argumentos usados para justificar e promover a adesão ao caso deste 4º e último falso-rei D. Sebastião.

Palavras-chave: Dom Sebastião. Sebastianismo. Falso-rei.

Astract: 1598 – precisely twenty years after Don Sebastian’s disappearance – was a year of huge Sebastianic expectation, fed by miracles, portents and, above all, by the apparition in Venice of a man – from Calabria, named Marco Tulio Catizone – who claimed to be the king who had vanished in Africa twenty years before. This article studies the contexts that fueled the hopes and the nonconforming yealings of some Portuguese individuals and analyzes the main arguments used to justify and promote the idea of a fourth and last (false) coming of King Don Sebastian.

Keywords: Don Sebastian. Sebastianism. False-king.

Um amontoar de incomodidades

A «esperança Sebástica» foi um fenómeno particularmente movediço. Depois de ganhar consistência, viverá momentos de enfraquecimento, quase definhamento, e momentos de um fervor vigorosíssimo... Uma conjugação em que usufruiu de uma vitalidade particular foi em 1598, precisamente vinte anos depois do desaparecimento do rei português... Desde a morte de D. António, o Prior do Crato, em Paris, em 1595, vinham confluindo uma série de factores que tornavam essa esperança num sentimento avassalador... Recorde-se que D. António justificou as suas pretensões à coroa de Portugal na condição de filho legitimado de D. Luís, segundo filho de D. Manuel, uma vez que não havia descendentes directos de D. João III. Os partidários aclamaram-no rei em Santarém. Lisboa e Setúbal receberam-no vibrantemente e, em breve, quase todos os burgos do reino manifestam o seu apoio... Mas, não dispondo de recursos, nem de exército organizado é derrotado na batalha de Alcântara pelo exército castelhano. Com dificuldades, consegue fugir para o estrangeiro onde, nas cortes de França e Inglaterra, procura obter auxílio para lutar contra Castela. Para vários dos seus apoiantes exilados – depois de muitos trabalhos e humilhações... – tudo desembocaria numa inevitável desilusão política. E, depois da sua morte, pareciam ter terminado todos os sonhos autonomistas. Mesmo para os portugueses que o seguiram e serviram, abnegadamente, durante o longo exílio, parecia inevitável a rendição aos preceitos de Castela (SERAFIM, 2004, p. 156-198).

Para além de definitivamente estarem esgotadas as alternativas e as intenções do partido antonista, houve outros factores mobilizadores da expectativa sebástica. Talvez o mais relevante tenha sido o facto de se ter assinado, a 2 de Maio desse mesmo ano, o «acordo de Vervins», que ajustava as pretensões de paz entre França e Espanha (BRAUDEL, 1982, p. 603). Para os portugueses mais nacionalistas isso significava a perda de todas as esperanças relativamente à possível ajuda de Henrique IV na reconquista da independência. D. João de Castro – neto do famoso Vice-rei e de quem falaremos mais à frente – quando fala na origem do caso do falso rei, dá nota de como esse era o momento de «tudo ou nada» para as esperanças portuguesas. Escreve:

Correndo o mes de Junho de 1598 em o qual se celebravam com grandes ceremonias a[s] pazes entre França e Castella: quando aos Portugueses de ca morreram as esperanças humanas, Deos que nos taes extremos

se costuma mostrar, e pera os quaes se tinha guardado: fez que chegasse a Dom Ioam no principio de Agosto seguinte, hũa carta de Veneza (CASTRO, 1602, p. 53 v.).

Portanto, para esta facção, a notícia do ocorrido na cidade dos Doges, nesta conjuntura, funcionava como um antídoto contra o desaparecimento da esperança.

Também para os venezianos os acordos de paz entre França e Espanha era uma má notícia. De certa forma, o interesse veneziano era que a guerra continuasse, provocando a paralisação de Espanha e o desfrute do lucro das campanhas marítimas. Por outro lado, a prosperidade monetária de Roma e a pujança que tinha ganho nesse final de centúria com a expansão da contra-reforma era uma ameaça para a República. A Santa Sé fazia questão de consolidar o seu poder temporal e essa pretensão ganhava particular vigor depois de conseguida a devolução do ducado de Ferrara, uma cidade importante e estratégica de que Clemente VIII toma posse precisamente em 1598, sem que Veneza, Espanha ou França tivessem tido possibilidade de se imiscuir na contenda. Com esse poder, Roma revelava também uma pretensão política: ganha a guerra contra a heresia protestante, queria agora reorganizar a guerra santa contra o turco. Vivía-se, por isso, uma época de um crispado conflito jurisdicional entre Veneza e a Santa Sé. Para além de um sentimento de independência particularmente apurado, a república mostrava-se renitente em colaborar na aliança contra a Turco, pensando ser do seu interesse, naquela congeminência, continuar numa posição de neutralidade (ANDRETTA, 2000, p. 15-45; COZZI, 1995, p. 1-245; BRAUDEL, 1982, p. 567-619). Por tudo isto, não é difícil perceber que as expectativas dos portugueses exilados – partilhando um análogo apreço pela independência e uma mesma afecção anti-espanhola – fossem bem aceites em Veneza.

Em Portugal não era menor o desconforto. Deste 1597 foram aparecendo de uma forma mais concentrada «materializações de descontentamento». Em Dezembro desse ano, por exemplo – em Alcobaça, ou em Santa Cruz de Coimbra (SOARES, 1953, p. 345; BUESCU, 1993, p. 17, n. 35) –, «apareceu» um documento que terá uma importância extrema neste contexto: o mítico «Juramento de D. Afonso Henriques». Naturalmente pensava-se ser o momento oportuno para reutilizar a lenda do milagre de Ourique, tirando daí proveitos propagandísticos e políticos (BUESCU,

1993, p. 20). E durante o ano de 1598 multiplicar-se-iam as «manifestações prodigiosas» favorecedoras do mais profundo espírito patriótico. No mês de Junho «aconteceu» um outro notado milagre protagonizado por um menino de Santarém. O catraio tinha nascido a 17 de Outubro de 1596 – numa quinta-feira – e o nascimento fora acompanhado por alguns sinais extraordinários: duas horas antes do parto houve uma trovoadas fortíssima e, chegada a hora, nasceu sem provocar qualquer espécie de dor; ainda não tinha feito um ano começou a falar, com um ano sabia todas as orações e rezava diante das imagens sacras. Na tarde de uma quinta-feira, dia de S. António, 13 de Junho de 1598, quando brincava, começou a gritar «Mãe, mãe, há de vir o Bastião!». Várias vezes o teriam posto à prova, contrariando-o, dizendo-lhe que quem haveria de vir era D. António e não D. Sebastião ao que respondia indignado que não, que quem haveria de vir era o rei D. Sebastião. Desse mês de Junho até ao final do ano muitas vezes reiterou tal profecia, e no mês de Setembro soube-se que D. Sebastião tinha aparecido em Veneza (CURTO, 1994, p. 45-46). Mas os «milagres» envolvendo esta criança não se ficaram por aqui. Um outro esteve relacionado com os *Dialogos de varia historia de Pedro de Mariz*. Em determinada ocasião o pai estava a ler a referida obra, e o menino começou a perguntar-lhe os nomes das personagens desenhadas nas gravuras. O pai começou a dizer-lhes o nome dos monarcas e, quando chegou a vez de D. Sebastião, a criança, eufórica, pôs o dedo sobre a imagem e começou a dizer repetidamente «há de vir o Bastião!» (CURTO, 1994, p. 47).

Por outro lado, por estes dias, Filipe II sofre as primeiras agressões da doença que o acompanharia até ao fim da vida. No mês de Junho ordena que o transportem para o Escorial, onde faleceria no dia 13 de Setembro de 1598, provocando nos seus adversários enormes expectativas de alterações políticas (BRAUDEL, 1982, p. 616). O próprio Pêro Roiz Soares chama a atenção para a proximidade temporal entre a morte esperada do monarca espanhol e o surgimento do embuste de Veneza: «estando S: S: en ferara com toda a corte como asima se tem visto se creveram de la cartas a esta cidade logo na conyunsão da morte del Rey dom Filipe o segundo deste nome as quais escreverão pessoas de credito e o agente que la estava delRey e das ordês deste Reino». As missivas noticiavam que na corte papal em Ferrara se dizia que o desaparecido rei D. Sebastião tinha aparecido em Veneza «em trajos de cativo» e, depois de reconhecido pelos ilustres, fora recebido pela Senhoria que o

«agazalhou nos paços servindoo mto a la grande». O conteúdo destas cartas teria sido confirmado pelo agente do monarca espanhol na corte de Roma e por vários mercadores. A notícia foi recebida com diferentes estados de alma:

algũs Solfauão cõ seus ouçiossos luizos que poderia ser ardil de guerra, outros que pellas muitas profesias que sobre hũ incuberto eram escritas poderia ser este, outros que pello que prometia o papell E Iuramto del Rey dom Afonço Anriques poderia sem falta ser uerdade e desta maneira andauão todos confussos não se falando noutra coussa [...]

(SOARES, 1953, p. 364).

*Elevar um
rei com
vaticínios*

Olhem as profecias e os milagres

O já referido D. João de Castro – neto do afamado vice-rei e, durante algum tempo, um dos mais empenhados antonistas – conta como, depois da morte de D. António, os portugueses que o haviam seguido se separaram nas vontades. Diogo Botelho, por exemplo, «passou a inventar» que, no último testamento, D. António, ele próprio, manifestara o desejo de que os seus apoiantes se reduzissem a Castela (CASTRO, 1622-1623, p. 197 r.) e, por isso, em combinação com o padre João Gonçalves, capelão do falecido – logo em Fevereiro ou Março de 1596 – passaram a ultimar os acordos respectivos (CASTRO, 1602, p. 51 v.).

Na tentativa de que este esmorecimento não contaminasse os restantes portugueses – pelo menos os que estavam em França – e sentindo com fundamentadas razões que muitos «tratavam de se reduzir a El Rey de Castella», D. João de Castro convocou alguns deles – cinco, em honra das cinco chagas que Portugal tem por armas – na sexta-feira da Quaresma, no capítulo do convento de S. Domingos daquela cidade, «assegurandoos da restauração de Portugal, e das venturas que lhe tinha Deos aparelhadas» (CASTRO, 1602, p. 52 r.).

Embora fosse cauteloso e nunca nomeasse o nome de D. Sebastião – por entender que não era o momento exacto para o fazer –, as suas palavras foram mal interpretadas e alvo de zombaria. Pior seria se lhes tivesse revelado que das suas congeminações proféticas resultava a certeza de que o monarca português – segundo as profecias, escondido e não morto – apareceria no ano de 1598. Sem especificar, D. João de Castro diz que, depois deste episódio, os portugueses passaram por tempos «desesperados» (CASTRO, 1602, p. 52 v.). Por seu lado, continuou,

81

inquebrantável, a difundir essa convicção, enviando missivas (CASTRO, 1602, p. 123 v.) e escrevendo, no ano de 1597, «pera lançar a luz», a sua primeira obra – embora esboçada já há cerca de dez anos –, o tratado *Da quinta e última monarchia* (CASTRO, 1597).

No essencial, nessa obra precursora – depois de aduzir o quinto império como um facto abundantemente profetizado e ainda não consumado, e de provar que o seu principal «príncipe» haveria de ser português (CASTRO, 1597, p. 20 v.) –, tendo em conta as vicissitudes por que passara o rei malgrado em África, as incertezas relativas à sua morte e a esperança tão forte do povo português, tenta desvendar o «momento da aparição». Aqui os textos de Bandarra – na interpretação do autor. – não deixavam dúvidas: apareceria antes de terminar o ano de 1598. «El Rey dom Sebastiam, segundo minha computação, parece que appareçera antes que se comecem a contar seis çentos sobre mil: e em qual dos anos seja esta maravilha? Cuido e o tenho por muy firme, que infallivelmente sera no de 98 [...]» (CASTRO, 1597, p. 41 v.).

As trovas que no seu ponto de vista ancoravam essa certeza eram as que rezavam:

Ia o tempo desejado
He chegado:
Ia se çhegam os oitenta
Que se ãmenta
Por hũ Doutor ja passado.
Rey novo alevantado,
Ja da Brado

[...] Antes de serem corenta
Erguersea gram tormenta
No que atenta,
Mas logo sera amansada.
E tomaram a estrada
Da silada:
Nam avera quem os açoute:
Darlheam aquella noute
Tal açoute,
Que a Fe seja exalçada.

Trinta dous annos e meo
Avera sinaes na terra:
A escritura nam erra,
Que assi faz o conto çheo
Hum dos tres que vem arreo
Demonstra grande perigo,
Aver açoute e castigo
A gente que nam nomeo.

Antes que os oito se çerrem
Desta Era que aquy temos,
Muy grandes cousas veremos
Que nunca Vimos nem lemos,
Ouvimos, nem ouviremos (CASTRO, 1597, p. 41 v.).

*Elevar um
rei com
vaticínios*

83

Para além das trovas de Bandarra, outras fontes certificariam essa certeza. As mais referenciadas são as obras joaquimitas e pseudo-joaquimitas – que usa indistintamente – tiradas de colectâneas proféticas como o «O Livro de Telésforo» e o *Mirabilis Liber* (CASTRO, 1597, p. 14 v.-15 v.) – a colectânea profética francesa mais importante do século XVI, publicada pela primeira vez, anonimamente, em Veneza no ano de 1514 e, mais tarde, reeditada várias vezes em Paris (REEVES, 1969, p. 379; RUSCONI, 1999, p. 219; 277). Das obras autênticas de Joaquim de Flora só cita uma vez o Comentário ao Apocalipse (CASTRO, 1597, p. 46 v.). Das espúrias, refere o *Super Hieremiam*, os *Vaticinia*, o *Super Esaïam* e o *De Oneribus Prophetarum* (CASTRO, 1597, p. 9 v.; 22 v.; 29 r.; 31 r.).

No início desse ano de 1598 «enviou estas esperanças» a Frei Agostinho da Trindade – «cathedratico que foy de Theologia em Coimbra, que ensinava em Bordéus» –, e também a Fr. Estêvão, que estava na altura em Tolouse, assegurando-os de que aquilo por que ansiavam aconteceria antes de terminar o ano corrente (CASTRO, 1602, p. 52 v.-53 r.). Relativamente a Fr. Estêvão – a quem já revelara essa sua convicção, embora não tão localizada, desde 1587 e com quem «vasculhara» a Biblioteca de S. Victor à procura de profecias (CASTRO, 1602, p. 51 v.) – o autor do *Discurso* diz que se mostrava hesitante, embora dissesse que se o visse não se espantaria. Por Paris, o trabalho do sebastianista foi incansável, de tal forma que – o mesmo Frei Estêvão o reconheceria – durante esse ano de 1598, não só lá, mas em muitas outras partes de

França, era «voz corrente» que D. Sebastião tinha vindo da «Pérsia» com os companheiros sobreviventes na batalha de África (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. 20 r.; [423]).

É neste contexto que D. João de Castro recebe – inesperadamente, ou não – no início de Agosto, uma carta de Veneza, de António de Brito Pimentel, então ali residente, noticiando a chegada àquela cidade de um homem que dizia ser o esperado rei de Portugal (CASTRO, Segundo Aparecimento, p. 71 r.). Pormenoriza até que aquele fidalgo português lhe contou aquilo em jeito de caçoada, sem manifestar crença no acontecido (CASTRO, 1602, p. 53 v.). Passados poucos dias, recebeu outra missiva de um Pantalhão Pessoa – um indivíduo que tinha sido «moço da câmara» de D. António – que passava por Veneza vindo de Jerusalém e que contava – este sim, rendido à aparição – as conversas tidas com o pretenso rei e a convicção que tinha quando se apresentava como rei de Portugal. Na versão que nos dá, D. João de Castro – ainda que as novas confirmassem as suas expectativas – diz que não acreditou que fosse aquele o D. Sebastião, mas apenas um precursor do verdadeiro rei português.

Mais tarde, Frei Estêvão – embora coagido pelo tribunal do Santo Ofício a reconhecer aquelas interpretações proféticas como um enorme extravio e a convicção consequente com um erro – confirmará o papel importantíssimo que D. João de Castro havia tido no que diz respeito à predisposição dos portugueses para receberem quase «naturalmente» as novas de Veneza:

ni jamas creo – confessou – que esta loucura no se quitara del sentido a muchos, ni de papeles intitulados de santysidro, Sibillas, Bandarra, Nostradamus, y otros infinitos abusos de prediciones de un Rey encuberto, y fomentada esta mi loca opinion en francia con dichos, quantos, pronosticos y persuasiones de un Cavallero Portugues, estudioso deesta materia y dela mesma opinion. Lego atanto el yerro que en el mismo año que parecio en Veneza este maldito hombre [...] avia mas de cinco meses que el dicho cavallero publico en Paris y me lo escrivio a Tolosa que en aquel año de mill y quinientos y noventa y ocho avia de aparecer el Rey Don Sebastian, y alguns dias antes en la mesma villa de Paris avito en el monasterio de Sancto Domingo delante de mim a muchos Portugueses y despues de ser muerto Don Antonio y les dixo que mirasen bien lo que hazian porque el Rey Don Sebastian era vivo y tenia de aparecer para

gloria de Dios exaltacion de su sancta fee e liberdade de aquel Reyno por donde soccediendo nel anno de noventa y ocho la nueva del aparecido en Venecia todos los que andavan adormentados unbecidos con estos quentos, assi en Portugal como fuera del luego tubieron por cossa muy facil que fuesse verdad, y mucho mas porque se referia sua venida a Venecia con tam buenos colores (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. 14 v.; [412]).

E estavam tão crentes nas profecias que – ao contrário do que seria de esperar –, a posterior prisão do homem funcionou como um «acontecimento credibilizador», tão seguros estavam relativamente à inevitável «paixão» do rei aparecido (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. 15 r.; [413]).

Desde esse ano de 1598, D. João de Castro envolver-se-á nesta causa de uma forma empenhadíssima. Durante cinco anos, como muitos outros portugueses, concentrará nela todas as esperanças que estarão por trás da feitura do *Discurso*, da *Ajunta*, e da *Paraphrase* – impressas em Paris em 1602 e 1603 – e da elaboração da *Remonstrança* que teria, no fundo, o objectivo de veicular junto dos leitores franceses o essencial da mensagem das obras impressas, esperando por isso uma posterior tradução e impressão (SERAFIM, 2004, p. 199-291).

Durante o ano de 1603, Espanha percebeu que a estratégia até aí traçada relativamente ao caso do falso rei aparecido em Veneza não estava a dar resultado. Por isso, para que se desvanecessem as esperanças que continuavam a persistir, as autoridades, em 23 de Fevereiro, tiraram o preso das galés e meteram-no no castelo de S. Lúcar. Quase em simultâneo, foram retidos Frei Estêvão, que prestou o primeiro depoimento no Porto de Santa Maria, precisamente em 25 de Fevereiro (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. [104]). Frei Boaventura foi preso em Portugal em Janeiro de 1603, tendo em sua posse muitas cartas que pretendia distribuir por vários apoiantes do falso rei e no dia 25 de Março já estava nos calabouços de S. Lúcar de Barrameda (ARQUIVO, Estado, maço 193).

Como era natural, D. João de Castro, quando escreve a *Paraphrase* – iniciou-a, em Paris, no dia 4 de Junho de 1603 e imprimiu-a no fim do mesmo ano – já tinha conhecimento destes desenvolvimentos. Segundo confessa, tê-la-ia escrito com alguma presteza por recear que, por falta de saúde ou de liberdade, mais tarde o não pudesse fazer. Apresenta-a como um acto de louvor para com Deus e, principalmente, para com aqueles que tinham tido «bom zelo para com as suas cousas».

Pera os quaes – escreve – principalmente foy este meu trabalho e o dom recebido: apressandome pera me desobrigar, por me ver velho, podendo cada hora pagar o tributo de toda a carne: ou enredaremme ao diante de maneira alguns estorvos, que nam possa cumprir com este devido. (CASTRO, 1603, p. 5 v.).

Este manifesto pessimismo resultava não tanto dos cerca de cinquenta e três anos de idade, mas dos previsíveis apertos que muito provavelmente viria a sofrer. As prisões sucederam-se, efectivando-se – como o próprio diz – uma «fera perseguiçam contra os Portugueses em espeçial contra os que por obra ou de palavra, se tinham descoberto por parte del Rey Dom Sebastiam» (CASTRO, 1603, p. 137 v.). Os frades eram as pedras fundamentais do processo e, por eles, Espanha conseguiria desmontar o imbróglio.

A *Paraphrase* pretende ser um brado contra as evidências, uma forma de patentear as «provas» que na sua opinião outros tentavam apagar. Mesmo antes de interpretar as trovas escreve:

Quando El Rey Dom Sebastiam Nosso Senhor esta no fundo de todas as miserias: lançado em galles pera sempre: feyto nellas escarneo e opprobrio dos homens: em poder de seu inimigo com todo seu Estado: mudado de galle em galle te o meterem no castello de sam Lucar: desemparado de braço humano: tam desconfiado da vida nos juizos dos hommês, como de sua salvaçam, ou ainda de seu estabelecimento: sem tirar alguns poucos que com os auxillios particulares do Alto, e ainda das prophecias: mais ou menos segundo a crença e se de cada hum em Deos: o esperam ver livre no seu Reyno e no cume da bemaventurança que se delle annuncia. Quando enfim El Rey de Castella quer çegar o mundo todo invalidando os testemunhos Divinos e humanos, fazendo de huns patranhas, e falcissimos os outros: e quer fazer crente e firme a todos, que o verdadeiro Rey Dom Sebastiam foy morto na batalha de Africa. E que o que tem em seu poder nam he senam hum Impostor, por mais que seja reconheçido pello verdadeiro. Neste tempo me ponho a mostrar pellas visoens de Bandarra, como nam morreo em Berberia: como se salvou e he vivo: os aconteçimentos de suas fortunas: e que ha de sair de seu cativo e infimo estado pera o mais alto da gloria do mundo. (CASTRO, 1603, p. 29 v.).

No que diz respeito ao conteúdo da obra, nada acrescenta «ao esquema» traçado no *Tratado da Quinta Monarquia* – para o qual remete frequentemente (CASTRO, 1603, p. 16 v.) – recuperando o que já contara no *Discurso* e na *Ajunta* relativamente à «odisseia» a que o «rei» fora submetido quando preso nas galés e acrescentando as vicissitudes sofridas no momento. Tentando sustentar a «conformidade», ou «concordia» das trovas do «profeta» português com os filões proféticos em que o *Tratado da Quinta Monarquia* se sustentava, pretende reiterar a ideia de que as vicissitudes que o «monarca» e o povo português viviam não eram mais que uma admoestação divina à semelhança da que dera a Moisés e ao povo judaico em consequência dos pecados e das injustiças que protagonizaram; e as Trovas de Bandarra «concordavam» com muitas outras profecias acerca da evidência de que o rei D. Sebastião haveria de «cair em fortuna», de que viveria um tempo «encuberto», do seu aparecimento, reconhecimento e coroação imperial, da formação da «liga cristã» que efectivaria a promulgação universal do Evangelho conquistando os reynos da Berberia», a «casa de Meca e todos os Turcos, Mouros e Infieis», e recuperando a terra santa.

Para além destes argumentos, serve-se de outros «sinais animadores» que por aqueles dias aconteciam por Portugal. Foi o caso do milagre acontecido em Ourique, no dia 27 de Janeiro de 1603, na ermida do mártir S. Sebastião com uma Ana Gonçalves, mulher de Pêro D’Elvas, escrivão da comarca do Campo de Ourique, e mãe de um bebé de quinze meses de nome Bastião, que era devota de uma pequena capela em honra de S. Sebastião. Há dois anos que tinha o hábito de visitar diariamente a ermida. Nesse dia, estando na capela, o menino começou a chamar com «açenos de boca e mãos» pelo santo mártir. Movida pela curiosidade, a mãe chegou-o ao santo e, de imediato, um outro filho de quatro anos lhe disse para dar ao bebé uma seta para beijar. A mãe assim fez e, de pronto, a estátua do mártir começou a suar. Depois de correr a novidade e estando já presentes várias autoridades locais, assim como o povo cheio de curiosidade, o mesmo prodígio aconteceu com os dois círios grossos que puseram diante do altar, com as velas do santíssimo sacramento que acenderam no mesmo lugar, assim como um pão de cera que um devoto que tinha estado no degredo oferecera ao santo (CASTRO, 1603, p. 141 v.). Por curiosidade, «duas velas de fábrica» que estavam no mesmo altar ficaram imunes ao prodígio. E mais: «Neste estado trouxe o Comendador Dom Francisco da Igreja matriz o bem aventurado Santo Antonio:

e hum lavrador seu o Anjo Sam Miguel: e os poseram no proprio Altar pera companhia do Martir, hum de hũa parte e outro de outra, emxutos aos olhos de todos os circunstantes. Passado pouco espaço começou o bemaventurado santo Antonio a suar pelo rosto sem mudamento delle, e pello corpo ate os pes [...], E logo a outro pequeno espaço começou o Anjo Sam Miguel a suar no rosto e na garganta somente te chegar ás armas, sem fazer fio, por nam ser o suor de tanta abundança como nos outros dous santos» (CASTRO, 1603, p. 143 r.). Este milagre teria durado três horas – duas de dia e uma de noite.

Na interpretação de D. João de Castro, na imagem do mártir estava significado o rei de Portugal; no suor, os muitos trabalhos que haveria de enfrentar – «em espeçial estes seus derradeiros, e os causados das prisoens dos ditos dous religiosos»; o suor das outras imagens era sinal dos sofrimentos que teriam os portugueses que seguissem o rei depois de se juntarem com ele, em Veneza; os dois círios de fábrica que não suaram simbolizavam os portugueses que, embora se juntassem ao rei, não passaram por nenhuma atribulação; as três horas de duração do milagre era sinal dos três anos que duraria este período atribulado; finalmente no facto de tudo se ter passado no campo de Ourique onde Cristo apareceu ao Conde D. Afonso Henriques dando-lhe as suas chagas por armas, fazendo-o primeiro rei de Portugal e revelando-lhe o que haveria de acontecer com a sua «dezaseista geraçam», que era o rei D. Afonso Henriques (CASTRO, 1603, p. 144 v.-146 v.; ARQUIVO, Estado, maço 197, p. [250]).

Nas últimas páginas remata com a máxima convicção escrevendo:

Eu me obrigo desdaquy [...] e respondo pollo Altissimo a te o fazer bom com todo o tormento em meu corpo: como he verdade que he aquelle Preto o verdadeiro Rey de Portugal Dom Sebastiam? Que o ha Deos de salvar: que o hade fazer seu Capitam General da Conquista do Universo. (CASTRO, 1603, p. 120 v.).

Os enigmas do «Juramento de D. Afonso Henriques»

O episódio da aparição de Jesus Cristo a D. Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique – 1139 –, pelo vínculo que gerou entre o poder temporal e poder divino, teve ao longo de um bom período da história nacional uma importância enorme na criação da «memória das origens» e do «mito da fundação». Funcionou como um instrumento de

representação colectiva, uma forma de se entender a génese e o destino de Portugal.

A lenda de Ourique teve períodos evolutivos bem marcados. Numa primeira fase – que compreende desde a batalha até fins da primeira metade do século XIV –, não se encontraram mais que referências breves e relatos incipientes da contenda, de que são exemplos a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (CINTRA, 1957, p. 28; 34; 35); no século XV ganha alguma coesão sofrendo reelaborações e absorvendo essa ideia nova da intervenção sobrenatural e do milagre; no século XVI atinge maturidade com a versão da *Crónica d’El-Rei D. Afonso Henriques*, de Duarte de Galvão, em 1505 (BUESCU, 1993, p. 13; 14-15), que teria tido como fonte directa, segundo Lindley Cintra, a *Crónica de 1419*, em que, pela primeira vez, aparece o episódio da manifestação do ermitão e a sequente aparição de Cristo – provavelmente com base numa «estória» perdida de D. Afonso Henriques, que já tirara as suas principais características da lenda de Fernão Gonçalves, primeiro conde de Castela (CINTRA, 1957, p. 8; 37; 39-44; 51).

Inegável é o facto de, em pleno século XVI, o milagre de Ourique ter sofrido uma clara apropriação pelo discurso político e histórico que, por razões várias, terá necessidade de aludir à «sacralização das origens» (BUESCU, 1993, p. 16-17). Como veremos, é com esse intuito que «aparecerá», em Alcobaca – ou em Santa Cruz de Coimbra (SOARES, 1953, p. 345; BUESCU, 1993, p. 17, n. 35) – em Dezembro de 1597, o «Juramento de D. Afonso Henriques» que D. João de Castro utilizará como argumento político e literário a favor da esperança sebástica. No fundo, é um outro momento em que a lenda é reutilizada com um novo figurino, antes de atingir a «definitiva consagração» pela mão dos «historiadores alcobacenses» durante o século XVII (BUESCU, 1993, p. 20).

É possível que por detrás do «aparecimento» do documento tenham estado receios e objectivos análogos aos que acicataram o aparecimento do falso D. Sebastião de Veneza, que tinham que ver com o esgotamento das intenções do partido antonista, o agravamento da doença de Filipe II (BRAUDEL, 1982, p. 616), e os propalados acordos de paz entre França e Castela. Além disso, há sinais de que havia um descontentamento particular na comunidade de Alcobaca. Frei José Teixeira em *Adventure Admirable* – preenchendo uma informação velada feita por Frei Estêvão de Sampaio – conta que por aqueles dias havia alguma tensão entre os frades de Alcobaca e a autoridade real: Filipe II teria

mostrado vontade de privar o mosteiro de algumas regalias jurisdicionais e, por isso, os frades viram na contingência de vasculhar entre os papéis antigos alguma prova dos privilégios e doações dos reis de Portugal (TEIXEIRA, 1601, p. 50).

Tudo aponta, portanto, para que os monges, por descontentamento e divergências com as autoridades civis, tivessem «fabricado» o documento que vinha servir os seus próprios intuitos, utilizando a expectativa sebástica que pairava – veja-se a ideia de «dezaseista geração» – e dando um contributo essencial para o fenómeno de Veneza que despontaria no ano seguinte.

O texto foi publicado pela primeira vez na segunda edição dos *Diálogos de Vária História* de Pedro de Mariz – 1599. A primeira ocasião em que D. João de Castro o cita – em português e em anexo – é no *Discurso*. Antes e depois da citação – seguindo as informações de *Diálogos de Vária História* –, diz-nos que o Juramento fora feito

em Cortez no anno de mil e cento e cincoenta e dous sobre a visão que [D. Afonso Henriques] vio nãa revelação que teve no Campo de Ourique, estando pera pelejar com cinco Reys Mouros. O qual por juizo grandissimo de Deos foy açhado o anno de mil e quinhentos e noventa e sete no Cartorio do mosteiro de Alcobaça da ordem de Cister e reformação de Sam Bernardo [...]. O qual juramento original levou o Doutor Frey Lourenço do Espirito Sancto Abbade Geral do dito mosteiro e ordem, a madrid a El Rey Dom Philippe segundo do nome, e o tornou ao mesmo Cartorio: mandando ho trasladar a Tome da Cruz publico, Notario Apostolico, e escrivão da Legacia nos Reynos de Portugal, e em sua nota ficasse aa perpetuum rei memoriam [...] (CASTRO, 1602, p. 131 r.).

Recorde-se que o *Discurso* termina com a apresentação das «razões» que os destinatários tinham para acreditar que o preso aparecido em Veneza era, de facto, o rei D. Sebastião. Neste sentido, enumera as razões divinas – as profecias, as revelações e os milagres – e as razões humanas, ou seja, os «sinais» físicos do preso. Relativamente ao primeiro filão, remete para as muitas provas que já expusera no *Tratado da Quinta Monarquia*, preocupando-se desta feita com o «Juramento de D. Afonso Henriques» e a «carta de S. Bernardo» escrita ao mesmo monarca, de que antes não tinha conhecimento (CASTRO, 1602, p. 122 v.-130 v.).

Mais do que o texto em si, e até a interpretação que dele faz, aquilo que D. João de Castro diz de novo tem a ver com as vicissitudes que envolveram o seu aparecimento, difusão e aproveitamentos. Um informe importante é o de Tomé da Cruz – o mesmo que apoiará empenhadamente a empreitada do falso rei de Veneza, difundindo a notícia, ajudando os crentes, arranjando os papéis certificadores dos «sinais» de D. Sebastião – ter tido um papel importante na divulgação do «Juramento».

Pessoa de muito bom nome – escreve no *Segundo Aparecimento* – e de muito boas partes, conhecido por tal em todo Reyno. E tam Portugues de coração e zeloso do caso Del Rey Dom Sebastiam: que nam respey-tando casa molher, e filhos, fez as ditas diligências, e outras de iguais perigos, sem por medo do cutello Del Rey de Castella, deixar de servir o Rey e a Patria. Por amor dos quaes serviços mandandoho prender El Rey dom Felipe no ano de 603, elle se salvou escondendose; sendo seus bens confiscados, e seus filhos presos. Foy o que divulgou o juramento Del Rey Dom Affonso Henrriques: e o que me deu por estromento publico os sinaes Del Rey, quando no anno de seisçentos e hũ estive em Lisboa, aonde fuy deste Reyno de Fança, em serviço do dito Senhor, e a justifi-car como era o Preso de Veneza o verdadeiro Rey. (CASTRO, Segundo Apparecimento, p. 84 r.).

Mas D. João de Castro – embora nunca o diga – teve também responsabilidades na difusão deste documento. Com muita probabilidade, foi ele que o enviou a Frei Estêvão de Sampaio que estava na altura em Tolouse, e pondo-o já ao serviço das novidades de Veneza (SOARES, 1953, p. 364). Isso mesmo confirmou o frade dizendo que quando estava «leyendo Theologia en su Convento começaram a correr las nuevas de que era venido el Rey Sebastian a Venecia y ansi se lo escrivio Don Juan de Castro desde Paris [...]» (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. [111]) e que, juntamente com essas notícias lhe enviaram o «juramento de D. Afonso henriques» que «dava a entender que confirmava las nuevas de Venecia de aquel sancto Rey que hazia vida de sancto en la carcel» (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. 15 v.; [414]).

Recorde-se que o documento não é referido no *Tratado da Quinta Monarquia* escrito em 1597, e na viagem que D. João de Castro fez a Inglaterra, no princípio do Inverno de 1599, já levava esse «texto-revelação» como prova do que queria dizer (CASTRO, Segundo Apparecimento,

p. 80 v.; 82 r.). O mesmo Fr. Estêvão de Sampaio confirma esta informação dizendo que D. João de Castro foi a Inglaterra

João Carlos
Gonçalves
Serafim

92

a pedir a la Reyña carta de favor y que embiasse su embaxador a ello levando una revelacion hecha al primer Rey de Portugal la noche antes que se diesse la batalla del Algarve con cinco Reyes moros en una bulla plomada con cinco sellos que se fue hallada el año de noventa y seis o noventa y siete en la Abbadia de Alcobça (ARQUIVO, Estado, maço 197, p. 8 r.; [399]).

E muito provavelmente foi também sua iniciativa que se desse a conhecer ao «rei preso» o texto encontrado em Alcobça. Na *Paraphrase* – onde faz referências e comentários esparsos ao «Juramento» – conta que logo que «D. Sebastião» teve conhecimento deste texto, «levado de zelo e obediência, sendo também incitado por algum: desejou logo obedecer, mandando meter os trinta dinheiros em cada escudo, assi como constava do juramento, e os costumaram os primeiros Reys a trazer» (CASTRO, 1603, p. 40 r.). E noutro contexto acusará Frei Estêvão de ter sido o «inventor» desta ideia, pormenorizando até as modificações que o frade tentara (CASTRO, 2011, p. 109 v.; ARQUIVO, Estado, maço 197, p. [148; 157]).

Depois de o citar e comentar muito sucintamente no *Discurso*, de lhe fazer referências e observações esparsas na *Paraphrase*, é n'A *Aurora* que o trata com toda a minúcia: as ideias fundamentais nele inclusas eram as de que Deus tinha sido o «Dador deste Reyno», as origens de Portugal tinham uma marca divina inapagável, os portugueses eram um povo predilecto, e a «décima sexta» geração em que se «adelgaçarà» a descendência, não seria privada da atenção divina... Na interpretação de D. João de Castro, era admirável a sua «brevidade» e «sustância», a concisão e a abundância de sentidos que sustentava. As palavras, com certeza laboradas pelas mesma pena do espírito que escreveu a Sagrada Escritura, estavam «prenhes de enigmas». Tudo tinha um significado implícito: o desânimo momentâneo do rei; o acto de ler a Sagrada Escritura, a passagem em que ocasionalmente medita, a visão do «santo velho», as palavras do mesmo – nomeadamente a referência cifrada à tribulação de D. Sebastião, o momento e a forma do aparecimento, as palavras proferidas por Jesus Cristo. E o primeiro facto revelador do prodígio do «Juramento» é o momento e a forma milagrosa como foi

encontrado. Aliás, se aparecesse antes, provavelmente não se entenderiam, por exemplo, os mistérios envoltos na referência – agora clara – à «décima sexta geração» atribulada, diminuída e adelgada. Por isso, vê o achado como um feito mais importante que «os próprios Descobrimientos», porque era claro que foi a forma que Deus encontrou para dizer que não se esquecera do prometido (CASTRO, 2011, p. 11 r.- 24 v.). E era clara a conformidade entre o «contexto nacional» antes de Ourique e a situação de incerteza e de medo que os portugueses viviam depois de Alcácer-Quibir. Escreve a este respeito:

Quando os Portugueses estavam atemorizados da presença dos Infieis; e o Conde Dom Afonso Henriquez com os espiritos quebrantados porisso; tam fora de cuydarem em sairem dally Rey, Reyno e vencedores: entam os fez tudo isto o Senhor. Como tambem estando nos vencidos, senhoreados, oprimidos, e desesperados: e o nosso Rey feyto Forçado; justicado por impostor, na opiniam dos homens: sumido sem se delle saber, e encantado no muyto poder mundano: de modo que nam ha esperança humana delle, que ou nam esteja apagada, ou se nam esteja apagando: neste artigo de desesperaçam nunca visto, quer Deos renovar suas maravilhas antigas, salvando ho donde esta, pera fundar nelle e em nos a mayor Monarchia (que he o Imperio de que falla) pera gloria de seu santo nome; que ja mais fundou, nem fundara. (CASTRO, 2011, p. 84 v.).

O «Juramento» dá uma nova amplitude e uma nova funcionalidade ao episódio de Ourique. Ele é a certificação da lenda e a particularização do prometido. Nele, em primeira pessoa, o primeiro rei de Portugal jura como verdadeiras as garantias divinas da continuidade da independência nacional e da missão imperial de Portugal. Partindo do princípio de não haver memória de Deus ter prometido algo que não tivesse cumprido, o autor d'*A Aurora* apresenta como líquida a certeza de que os portugueses usufruiriam das promessas feitas ao seu fundador. No achar do Juramento Deus pretendeu

abrir os olhos a Portugal que dormia, e animado com os misterios delle: querendo que se achase nũa antemanhaam antes que aparecesse El Rey Dom Sebastiam, de quem elle fallava nelle, indaque escurissimamente (CASTRO, 2011, p. 23 v.).

No fundo – e esse é o «resultado» da interpretação de D. João de Castro – o texto consegue fazer a ligação entre o mito das origens e a candente expectativa sebástica que se vivia na altura. A expectativa relativamente à vinda de D. Sebastião não só ficava credibilizada como se impunha. É um brado nacionalista, é a apologia da legitimação da independência. O mito das origens vem dar sentido à expectativa sebástica.

Mas a luz que via respaldecer dos textos proféticos definhava com o relato dos acontecimentos. Quando inicia a *Aurora* – precisamente no dia 7 de Outubro de 1604 (CASTRO, 2011, p. 4 v.) – passava já um ano relativamente à data da sentença do agora declarado «falso rei de Veneza». A sentença do «Rei» e de alguns dos seus cúmplices, em S. Lúcar de Barrameda, no dia 23 de Setembro de 1603, contrariava as suas mais arreigadas convicções. As notícias – agora repetidas e certificadas – de que o preso que tinham por rei de Portugal fora, de facto, horriavelmente sentenciado, obrigam-no a reler de uma forma frenética e a trabalhar com especial cuidado e minúcia todos os fundamentos, todas as profecias – portuguesas e não portuguesas, de diversíssimas proveniências –, na tentativa de interpretar os factos e de provar que o noticiado só poderia ser um «embuste castelhano», um estratagema que importava desmascarar. Por isso mesmo, *A Aurora* começa com uma longa metáfora entre o momento sombrio que os sebastianistas viviam e uma alvorada enevoada que precede o nascer de um dia resplandecente:

[...] quem podera negar a alegria que a Aurora tras quando começa, e a graça que tudo recebe com ella? Vese desaparecer a escuridam pouco a pouco! As sombras parece que fogem: o medonho vayse fazendo bem assombrado. Começase de mostrar cada cousa por si: aparece a tapeçaria da Natureza: as flores dam vista de si com tam lindo caram como he o da mesma madrugada: finalmente tudo se descobre alegre, e risonho [...]. Da mesma maneira he esta Alvorada antes da saida desse Sol Encuberto, El Rey Dom Sebastião Nosso Senhor: com a qual não ira logo cada hũ diferenciando a sua ventura, como o fara em alto dia; nem ainda emxergara de todo a universal, pareçendolhe quasi tudo sombras em lugar de cousas. Mas depois, sera tal a beleza do dia, e tam luminoso o resplandor das bemaventuranças profetizadas; que não pareçera nada esta Aurora junto dellas: nem avera quem saiba tirar os olhos dellas pera ella, de transportado da gloria de seu tempo, e da immensidam da felicidade, que todos, passados e por vir, comprehendera (CASTRO, 2011, p. 2 r.).

Referências

Fontes impressas

ANDRETTA, Stefano. **La repubblica inquieta**: Venezia nel seicento tra Itália ed Europa. Roma: Carocci Editore, 2000.

BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Tomo II. Paris: Armand Colin, 1982. 2 v. (O Mediterrâneo e o Mundo na Época de Filipe II. Dom Quixote).

BUESCU, Ana Isabel. Vínculos de memória: Ourique e a fundação do reino. In: CENTENO, Y. K. (Coord.) **Portugal**: Mitos revisitados. Coord. de Yvette Kace Centeno. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.

CASTRO, D. João de. **A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605)**. Introdução e edição de João Carlos Gonçalves Serafim, CITCEM/F.L.U.P., Fontes 2. Porto: Afrontamento, 2011.

_____. **Discurso da vida do sempre bem vindo, e apparecido Rey D. Sebastião, o Encuberto des de seu nascimento ate o presente**. Feito, e dirigido por D. João de Castro aos Tres Estados do Reyno de Portugal. Paris: Martin Verac, 1602.

_____. **Paraphrase e concordancia de algũas propheçias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso**. Paris, 1603.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à crónica de 1419). **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**, Lisboa, tomo 23, 3ª série, n. 1, p. 168-215, 1957.

COZZI, G. **Venezia barroca**: conflitti di uomini e idee nella crisi del Seicento veneziano. Venezia: Il Cardo, 1995.

CURTO, Diogo Ramada. **A cultura política em Portugal (1578-1642)**: comportamentos, ritos e negócios. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia Histórica)-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994. 2 v.

*Elevar um
rei com
vaticínios*

95

REEVES, M. **The influence of prophecy in the Later Middle Ages:** a study in Joachimism. Oxford: Oxford University Press, 1969.

RUSCONI, R. **Profezia e profeti alla fine Del Medioevo.** Centro Internazionale di Studi Gioachimiti. Roma: Viella, 1999.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves. **D. João de Castro, “O Sebastianista”:** meandros de vida, e razões de obra. 2004. 296 f. Tese (Doutorado em Cultura Portuguesa Moderna)–Universidade do Porto, Porto, 2004.

SOARES, Pero Roiz. **Memorial.** Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra: ACTA UNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS. 1953. v. 1.

Fontes manuscritas

ARQUIVO Geral de Simancas. Estado, maço 193.

ARQUIVO Geral de Simancas. Estado, maço 197.

CASTRO, D. João de. Da quinta et ultima Monarchia futura, rebusque admirandis nostri temporis., 1597. B.N.L., Cód. 4371.

CASTRO, D. João de. Remonstrança feyta de novo aos illustrissimos Senhores do Conselho d’Estado e Privado del Rey Christianissimo; em suscitaçam da causa, e dos aconteçimentos admiraveis do Sere-nissimo Rey de Portugal Dom Sebastiam, primeiro do nome. B.N.L., Cód. 4389.

CASTRO, D. João de. Segundo Aparecimento del Rey D. Sebastião Nosso Senhor, dezaseisto Rey de Portugal: com a repetição Summaria do primeiro, e de toda a sua vida. Dirigido aos Tres Estados do Reyno de Portugal, a saber, ao da Clerizia, ao da Nobreza, e ao do Povo, B. N. L., cód. 4390.

TEIXEIRA, José. Adventure admirable par dessus toutes autres des siecles passez et presents. Qui contient un discours touchant les succez du Roy de Portugal, Don Sebastien... [S.l.], 1601.